



Ensino de adverbiais modalizadores em perspectiva discursivo-textual

Teaching of modal adverbs in a textual-discursive approach

Dennis Castanheira*

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Leonor Werneck dos Santos**

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo: Este artigo visa a colaborar para as reflexões sobre o ensino de adverbiais modalizadores à luz de uma abordagem que envolve a Linguística do Texto (KOCH, 2003, 2014) e o Funcionalismo norte-americano (GIVÓN, 1990; 1995; TRAUGOTT, DASHER, 2005). Analisamos o tratamento dado ao tema em quatro coleções de livros didáticos de Ensino Médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2015, observando se os manuais tratam esses elementos como articuladores textuais argumentativos e a partir de seus efeitos de sentido. Percebemos que os adverbiais modalizadores quase não são citados nesses manuais didáticos e geralmente os efeitos de sentido construídos nos gêneros textuais em que aparecem não são trabalhados. Além dessa análise, elaboramos algumas sugestões de abordagem diante das lacunas encontradas nos livros e no confronto com o uso real desses elementos, a partir do trabalho de Castanheira (2017).

Palavras-chave: adverbiais modalizadores; análise de livros didáticos; ensino de língua portuguesa; abordagem discursivo-textual

Abstract: This paper aims to contribute to the thoughts about the teaching of modal adverbs on an approach that involves Text Linguistics (KOCH, 2003, 2014) and North-American Functionalism (GIVON, 1990, 1995; TRAUGOTT, DASHER, 2005). It's analyzed the treatment given to this topic in four collections of high school textbooks approved on the National Program of the Didactic Book (2015), observing if the textbooks treat these elements as textual argumentative articulators and from their meaning effects. We notice that the modal adverbs are elaborated some suggestions to the referred lack found in textbooks and in the comparison with the actual use of these elements, based on the Castanheira's research (2017).

Key words: modal adverbs; textbooks analysis; Portuguese teaching; discourse-textual approach

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo geral refletir sobre o ensino de adverbiais modalizadores no Ensino Médio. Para tal, embasamos nossa discussão nos pressupostos teóricos da Linguística do Texto (LT) e do Funcionalismo norte-americano, mais especificamente, relacionando essas abordagens teóricas ao ensino de língua portuguesa na educação básica. Segundo Castilho e Castilho (1992) e Neves (2000), os adverbiais modalizadores expressam o posicionamento do enunciador em relação à proposição,

* Graduado em Licenciatura em Letras, mestre em Linguística e aluno do curso de Doutorado em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: denniscastanheira@gmail.com.

** Doutorado em Letras Vernáculas e docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: leonorwerneck@gmail.com.

modalizando o discurso a que se vinculam. Esse grupo engloba os advérbios (“quase”, “sinceramente”, “infelizmente”) e as locuções adverbiais (“sem dúvida”, “com certeza”), e é caracterizado por apresentar distintas posições na oração e diferentes valores semânticos e efeitos de sentido.

Seu estudo tem sido relacionado a aspectos históricos, pragmáticos, sociais e textuais, sob um enfoque, tanto funcional, como enunciativo (cf. KEBRAT-ORECHONI, [1980] 1997; TESCARI NETO; PEZATTI, 2005; MORAES PINTO, 2008). No entanto, apesar do significativo quantitativo de trabalhos observando o uso dos adverbiais modalizadores ou seu papel na modalização do discurso, ainda são escassos os que focalizam sua relação com o ensino de língua portuguesa.

Começamos o debate sobre essa temática a partir da análise de quatro coleções de livros didáticos aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2015. Nessa análise, observamos, primeiramente, a abordagem dos manuais didáticos a respeito da relação entre os adverbiais modalizadores e a argumentação, pois nossa hipótese é que esses elementos serão ligados à argumentação nos materiais didáticos, tendo em vista seu papel de articuladores textuais argumentativos (cf. CAMPOS, TORQUATO, 2013; KOCH, ELIAS, 2016). Além disso, observamos se o tratamento dessa temática por parte desses materiais tem caráter discursivo-textual, centrado nos efeitos de sentido. Nossa hipótese, nesse caso, é que os adverbiais modalizadores são abordados, sobretudo, com enfoque pragmático, a partir de seus efeitos discursivos e com exemplos reais de uso.

Após essa análise e diante das lacunas constatadas nos manuais didáticos que não confirmaram nossas hipóteses iniciais, elaboramos algumas sugestões para o ensino de adverbiais modalizadores em perspectiva discursivo-textual, focalizando, também, os aspectos mais salientes em seu uso a partir do trabalho de Castanheira (2017). Essas propostas estão ligadas à interface entre Funcionalismo, LT e ensino e à união entre as práticas de leitura, análise linguística e produção textual.

Para isso, este artigo é organizado da seguinte forma: primeiramente, revisitamos a literatura sobre adverbiais modalizadores, destacando, posteriormente, perspectivas/propostas anteriores relacionadas ao ensino desses elementos; logo após, explicitamos o ensino em perspectiva discursivo-textual, abordagem que adotamos; na seção seguinte, apresentamos a metodologia utilizada e a análise das quatro coleções selecionadas; posteriormente, retomamos aspectos salientes no uso dos adverbiais modalizadores a partir de Castanheira (2017) e apresentamos algumas sugestões de abordagem.

1 ADVERBIAIS MODALIZADORES: QUESTÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Segundo Martelotta (2012), a classe dos adverbiais apresenta caráter bastante heterogêneo e, por isso, é difícil de ser definida. Seu caráter híbrido, transitando entre léxico e gramática, coloca os adverbiais como um grupo fluido, mutável e adaptável aos contextos comunicativos em que estão inseridos. Para uma descrição mais completa desses elementos, é preciso considerar seu papel no discurso, suas funções comunicativas e suas flutuações semânticas. Não é possível analisar os adverbiais sem observar a

construção da sintaxe no texto e suas restrições cognitivas a partir de processos sociocognitivos de domínio geral da mente humana (analogia, categorização, prototipicidade).

Martelotta (2012) defende que esses elementos devem ser tratados de forma separada a partir da divisão em alguns subgrupos: aspectuais, qualitativos e locativos. Dentro desses conjuntos, são encontrados outros grupos de adverbiais, como os temporais, os intensificadores e os modalizadores. Para Martelotta (2012, p. 57), “os modalizadores são advérbios que operam basicamente [...] expressando algum tipo de intervenção do falante, que qualifica o conteúdo de seu enunciado, por meio da definição da validade de suas nuances emocionais e pragmáticas”. Ou seja, esses elementos têm como uma de suas características centrais expressar o posicionamento enunciativo, funcionando como uma marca de subjetividade no discurso.

Castilho e Castilho (1992) defendem que esses elementos estão ligados ao componente modal da sentença, o *modus*, responsável por qualificar o conteúdo dito, a proposição – também denominada *dictum*. Por isso, segundo os autores, eles estão ligados a valores subjetivos. Castilho e Castilho (1992) apontam que os adverbiais modalizadores são caracterizados, ainda, por apresentarem valores semânticos e aspectos morfossintáticos típicos: flutuação e mudança semântica e diferentes possibilidades de ordenação na sentença.

Moraes Pinto (2008) aponta, ainda, que os valores modalizadores surgiram na língua a partir do processo de gramaticalização, em que elementos com uso qualitativo passaram a exercer função modalizadora. A autora encontrou em seu trabalho o adverbial “felizmente” como um elemento qualitativo no século XVIII, designando “de modo feliz”, uso que deixou de existir ao longo da história da língua portuguesa. O mesmo processo aconteceu com os adverbiais “certamente” e “seguramente”. Diante dessa mudança, esses elementos deixam de modificar apenas o verbo e passam a modificar toda a proposição, assumindo papel de adverbiais sentenciais (MARTELOTTA, 2012).

Castanheira (2017) defende que os modalizadores, além de caracterizados pelos usos subjetivos, estão relacionados a questões textuais, como o gênero e o suporte. Para o autor, esses elementos estão distribuídos num *continuum* de subjetividade com efeitos de sentido mais ou menos subjetivos, ligados, também, às demais pistas textuais presentes no discurso. Segundo Castanheira (2017), os valores semânticos e pragmáticos dos adverbiais modalizadores relacionam-se à (im)possibilidade de posicionamento enunciativo: mesmo em textos opinativos, o uso de elementos mais subjetivos com valores axiológicos e afetivos pode ser evitado a depender do veículo em que o texto está publicado.

Além disso, esses elementos estão ligados a questões argumentativas, atuando no processo de modalização do discurso como articuladores textuais conjuntamente a “outras marcas enunciativas estruturadas por diferentes estruturas lexicais, morfológicas e sintáticas na língua, como verbos e orações” (SANTOS, CASTANHEIRA, 2017, p. 226). Seu uso orienta argumentativamente o texto e os sentidos produzidos, construindo interacionalmente objetos de discurso subjetivos.

Diante de seu caráter híbrido e de sua grande complexidade, essa classe ainda tem sido colocada em segundo plano quando há um enfoque pedagógico. Em meio aos poucos trabalhos que a abordam, há aqueles que a citam de forma mais geral, ligada a outras classes, ou a um fenômeno textual mais genérico, e outros que tentam, mesmo que preliminarmente, estabelecer alguma relação aos estudos já efetuados em âmbito teórico. No entanto, essas investigações não focalizam especificamente o grupo dos advérbios modalizadores, colocando-os junto a outras subcategorias dos advérbios, como os circunstanciais e os qualitativos.

Em relação ao ensino, Pinilla (2007), citando um trabalho de Neves da década de 1990, afirma que o estudo das classes de palavras constitui o conteúdo mais abordado em sala de aula por professores. No entanto, a partir da consulta a programas escolares e a livros didáticos analisados na época, Pinilla (2007) depreendeu que o ensino de classes, majoritariamente, está restrito ao conhecimento da nomenclatura, priorizando exercícios de identificação e classificação que, dentre outros problemas, misturam critérios na definição das classes de palavras.

Segundo Pinilla (2007, p. 172), a classe dos advérbios é definida pelos três critérios – morfológico (“palavra invariável”), semântico (“exprime circunstância”) e funcional (“modifica essencialmente o verbo”) – porém, na maior parte dos casos, o critério semântico é priorizado, em detrimento dos critérios morfológico e funcional. A autora apresenta um estudo exaustivo sobre todas as classes apontadas, defendendo que os três critérios devem ser utilizados na definição e na classificação de todas as classes para que seja mantida a coerência analítica. Além disso, aponta que os estudos descritivos sobre as classes devem ser destacados e relacionados ao conhecimento a respeito da atuação de cada classe na organização do texto.

Moraes Pinto e Alonso (2012), partindo de Pinilla (2007), defendem que, para focalizar a relação entre o texto e as classes de palavras, não devemos tratá-las de forma estanque, considerando sua distribuição em categorias radiais, a partir das noções de categorização e protótipo. Para isso, de acordo com as autoras, é preciso apresentar, em sala, as características de determinada classe – como a dos advérbios – sem deixar de demonstrar que nem todos os membros dessa categoria são prototípicos.

Sob uma perspectiva textual, Santos, Cuba Riche e Teixeira (2012) e Santos (2016) propõem diversas atividades pré-textuais, textuais e pós-textuais que podem ser aplicadas por professores no ensino básico. Embora as autoras não focalizem a classe dos advérbios, em algumas atividades há o uso desses elementos ligados aos seus papéis no texto. Koch e Elias (2016), também à luz de uma abordagem textual, destacam a relação entre os articuladores textuais e a argumentação, dentre os quais os advérbios modalizadores. As autoras apresentam elementos como “infelizmente” e “felizmente”, trabalhando suas funções textuais e a orientação argumentativa envolvida no seu uso no texto.

Como podemos observar, o enfoque da relação entre a classe dos advérbios e o ensino ainda é pouco frequente. Quando destacamos um grupo específico, como neste artigo, são ainda mais raras as incursões científicas. As contribuições já existentes: (i) tratam de forma mais ampla sobre as classes de palavras (PINILLA, 2007, por exemplo);

(ii) buscam generalizações que também tratem de outras classes (cf. MORAES PINTO e ALONSO, 2012); ou (iii) relacionam esses elementos a um fenômeno discursivo-textual mais amplo (cf. KOCH e ELIAS, 2016; SANTOS, 2016).

Diante disso, acreditamos que, devido à heterogeneidade da classe dos adverbiais, eles devam ser tratados de forma separada, como propõe Martelotta (2012), sendo focalizados aspectos de cada grupo. Apesar de esse caminho já ser largamente efetuado em trabalhos teóricos (cf. OLIVEIRA, CEZARIO, 2012, dentre outros), percebemos que as investigações sobre ensino ainda não contemplam satisfatoriamente tais elementos. Por isso, ao longo das próximas seções, discutiremos o que engloba um ensino em perspectiva discursivo-textual, como os livros didáticos abordam os adverbiais modalizadores e quais sugestões podem ser feitas para um ensino mais produtivo e reflexivo desses elementos.

2 ENSINO EM PERSPECTIVA DISCURSIVO-TEXTUAL

O ensino de língua portuguesa numa perspectiva discursivo-textual vem sendo defendido desde a segunda metade do século XX, especialmente desde a década de 1990, quando da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e das Orientações Curriculares Nacionais (OCN). A publicação recente da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) só vem reiterar essa ênfase em um ensino contextualizado, que parte de gêneros textuais orais, escritos e multimodais, articulando leitura, produção textual e análise linguística. Em que pesem as críticas que podem ser feitas a esses documentos oficiais, muitas vezes elaborados sem considerar toda a plêiade de pesquisas pedagógicas e linguísticas desenvolvidas no Brasil, o fato é que se espera, atualmente, das aulas de língua portuguesa uma abordagem de fatos gramaticais articulados aos efeitos de sentido produzidos nos gêneros textuais em que se encontram.

Os gêneros discursivos/textuais, segundo Bakhtin ([1979] 1997), são formas relativamente estáveis sócio-historicamente estabelecidas. Sua constituição envolve aspectos temáticos (o que é e pode ser dito), estilísticos (elementos gramaticais e lexicais) e composicionais (estruturação tipológica e formal). Os gêneros circulam em suportes variados (cf. MARCUSCHI, 2008) jornais, revistas, muros etc. Assim, a análise dos adverbiais modalizadores deve considerar seu papel textual-discursivo no texto em que se encontra, papel que pode ser diferente, a depender do gênero textual (notícia, artigo de opinião etc.).

Segundo Santos e Teixeira (2017, p. 427),

[...] atualmente, o texto é entendido como uma manifestação verbal que permite aos indivíduos não apenas a depressão de conteúdos semânticos, devido à ativação de estratégias e processos cognitivos, mas também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (KOCH, 2000). Em sala de aula, essa concepção de texto reflete em um ensino de língua contextualizado e produtivo, que vai além de classificações e regras.

Desta forma, um ensino de língua a partir de textos variados considerará o texto na perspectiva situação sociocognitiva e interacional, o que equivale a dizer que elementos como os adverbiais modalizadores serão analisados a partir não apenas de classificações,

mas principalmente dos efeitos de sentido construídos nos textos. Assim, em todas as etapas de leitura de um texto, desde a motivação inicial, com levantamento de hipóteses até os desdobramentos diversos, a análise deve integrar leitura, produção textual e análise linguística (cf. MENDONÇA, 2006; SANTOS, CUBA RICHE e TEIXEIRA, 2012).

3 ADVERBIAIS MODALIZADORES NOS LIVROS DIDÁTICOS: METODOLOGIA E ANÁLISE

Analizamos quatro das doze coleções didáticas (aqui denominadas como A, B, C e D), aprovadas pelo Ministério da Educação, no PNLD-EM/2015 sob uma metodologia qualitativa. Essas coleções foram escolhidas aleatoriamente diante da listagem apresentada no catálogo. Vale ressaltar que não analisamos apenas os capítulos sobre classes de palavras, advérbios ou argumentação, mas todos os capítulos dos três volumes de cada coleção, mesmo aqueles que aparentemente não teriam relação alguma com a temática.

A análise efetuada foi guiada por duas hipóteses. A primeira envolve o papel de articuladores textuais argumentativos dos adverbiais modalizadores, postulado defendido por teóricos como Campos e Torquato (2013) e Koch e Elias (2016) – autores para quem esses elementos, tal como ocorre com as conjunções, são relevantes na construção argumentativa dos textos, pois marcam o posicionamento do enunciador. Assim, nossa hipótese é que os adverbiais modalizadores serão mais abordados em capítulos/atividades que enfoquem gêneros com tipologia predominantemente argumentativa, tais como editoriais e artigos de opinião, tendo em vista seu papel de articulador textual argumentativo.

Outro aspecto que guiou nossa análise foi a investigação da abordagem feita pelos manuais didáticos quanto aos efeitos de sentido vinculados a esses elementos. Castilho e Castilho (1992), por exemplo, apresentam diversos valores semânticos (prototípico, paragógico, complexo) para os modalizadores. Koch (2003) discute, sistematicamente, efeitos de sentido envolvidos nos usos desses elementos (axiológico, afetivo, delimitador). Além disso, diversos trabalhos apontam para o caráter subjetivo dos adverbiais modalizadores. Sendo assim, nosso outro ponto de análise tem como objetivo testar a hipótese de que os adverbiais modalizadores serão explorados, sobretudo, a partir de seus efeitos de sentido e de seus papéis funcionais partindo de exemplos reais de uso.

3.1 ARGUMENTAÇÃO E ADVERBIAIS MODALIZADORES

Ao analisarmos o tratamento dado pelos livros didáticos escolhidos acerca da ligação entre adverbiais modalizadores e argumentação, percebemos que, mesmo diante do avanço em relação à produção de materiais didáticos, ainda há uma grande escassez em relação ao tópico aqui focalizado: apenas duas coleções (A e C) abordaram de alguma forma o tema, mesmo que de maneira espaçada e pouco sistemática.

Na coleção A, é apresentado um verbete sobre alguns advérbios que indicam juízo de valor e que devem ser evitados em textos jornalísticos, como “certamente”. Partindo desse verbete, a coleção A recorre a um exercício que questiona a necessidade dessa

recomendação no gênero artigo opinativo, seguida de um gabarito fornecido ao professor indicando que o objetivo desse gênero é expressar pontos de vista e que advérbios com esse valor auxiliam nessa função.

Esse trecho da coleção é um bom exemplo de ponto de partida para o tratamento desse tema em sala de aula, destacando aspectos ligados à constituição do gênero artigo de opinião, bastante vinculado à argumentação e à subjetividade. A partir do que o livro apresenta, o professor também poderia questionar o uso dos modalizadores em outros gêneros do domínio discursivo jornalístico como notícia e manchete. Além disso, seria válido partir desse ponto para discutir a relação entre os elementos gramaticais e as práticas de leitura e produção textual.

Porém, a coleção, além de parar nesse aspecto no capítulo, não aborda a temática, ao longo dos demais capítulos. Ou seja, essa parece uma tentativa isolada e assistemática de abordagem dos adverbiais modalizadores, sem trazer exemplos de outros artigos de opinião com esses elementos. Assim, todo o trabalho efetuado envolve aspectos mais abstratos, sem exemplos reais de uso que possam ser usados em sala.

Além disso, embora a atividade una, de alguma forma, leitura e análise linguística, acaba sendo problemática por não apresentar a aplicação daquela reflexão em exemplos reais de uso (nem mesmo no capítulo de produção textual relativo ao gênero “Artigo de opinião” essa abordagem ocorre). Isso aponta para uma abordagem reducionista e incoerente da coleção A em relação a esse aspecto, tendo em vista que não estabelece a ligação entre o que é discutido no capítulo sobre advérbios e aspectos ligados à produção textual. Além disso, por associar o gênero notícia a uma pretensa maior objetividade, a coleção recai em outra incoerência, pois a intersubjetividade é inerente aos discursos, principalmente no domínio jornalístico. Não faz sentido, portanto, afirmar que o uso de adverbiais modalizadores deva ser evitado em notícias, ainda mais sem uma explicação fundamentada sobre essa “proibição”.

Já a coleção C apresenta uma abordagem ainda mais assistemática do que a coleção A em relação à ligação dos adverbiais modalizadores com a argumentação. Em alguns trechos de capítulos que visam ao tratamento de gêneros textuais predominantemente argumentativos, a coleção lista o modalizador “talvez” como um articulador argumentativo, mas não apresenta exemplos reais de uso ou sua ligação com outros adverbiais modalizadores, tendo em vista que eles pertencem a mesma categoria.

Ao longo dos demais capítulos, tanto aqueles sobre produção textual, como os ligados à gramática, não há menção, mesmo que indireta, a esses elementos. Mais uma vez, caberia ao professor trazer exemplos reais de uso, apresentando, de fato, os adverbiais modalizadores como articuladores textuais argumentativos, ressaltando seu papel no texto e buscando algum tipo de sistematização. Ou seja, mesmo apresentando, de alguma forma, esses elementos, na coleção C ainda há assistemática, o que dificulta o entendimento dos alunos e o trabalho dos professores.

Destacamos que, no Manual do Professor das quatro coleções analisadas – parte do livro que tem como objetivo auxiliar o docente no tratamento dos temas abordados –, também não há menção da ligação entre os adverbiais modalizadores e a argumentação. Contudo, são citados trabalhos de autores que trabalham com argumentação, adverbiais,

modalização, ensino. Ou seja, parece haver uma inconsistência teórico-metodológica entre o que é apresentado como caminho para o docente e como base para o material didático e o que é de fato aplicado na elaboração do livro em relação a essa temática.

Diante da discussão apresentada, podemos concluir que nossa hipótese inicial foi refutada, tendo em vista que os adverbiais modalizadores não foram, de fato, ligados a textos argumentativos: das quatro coleções analisadas, apenas duas trouxeram alguma menção a essa ligação. Assim, consideramos que a abordagem adotada pelos livros didáticos foi assistemática e inconsistente quanto a esse aspecto, tendo em vista que não conseguiu articular os modalizadores à argumentação.

3.2 EFEITOS DE SENTIDO E ADVERBIAIS MODALIZADORES

Embora as diretrizes oficiais para o ensino discutam há cerca de vinte anos a relevância da centralidade dos efeitos de sentido em sala de aula para formação de cidadãos críticos, as quatro coleções analisadas não focalizam esse aspecto no tratamento dos adverbiais modalizadores.

Na coleção A, por exemplo, em um capítulo sobre produção textual, é apresentada uma crônica que, segundo os autores da coleção, reproduz uma situação menos formal de fala, e a atividade pede que os alunos busquem marcas de oralidade. Um dos itens pede a seleção de termos que estejam ligados a interrupções, contando com a cooperação do outro para completar o sentido, e o gabarito a resposta é “infelizmente, cavalheiro”. Esse exercício foca claramente os efeitos de sentido dos elementos linguísticos e, nesse caso, do adverbial “infelizmente”.

Ao serem discutidas interrupções e cooperações, o livro demonstra que os adverbiais modalizadores apresentam função intersubjetiva na produção e na percepção do discurso, o que é possível, também, pela combinação com outras pistas textuais, como o vocativo “cavalheiro”. Embora seja um exercício focado na identificação dos papéis funcionais, sem apresentar reflexões posteriores, é um ponto de partida importante, pois pode auxiliar na elaboração de outras propostas pelos docentes.

Em outro trecho do mesmo livro, já vinculado ao eixo de estudo dos elementos linguísticos, há uma atividade para trabalhar os sentidos do modalizador “quase”. São apresentados alguns itens com diferentes usos desse elemento, mas, apesar de discutir a multifuncionalidade do “quase”, os exemplos apresentados são frases soltas, inventadas e descontextualizadas, sem conexão com um gênero específico.

Já na coleção B, a abordagem é ainda mais escassa. Há, por exemplo, a apresentação da oração modalizadora “é provável” e do adverbial “provavelmente”, destacando, depois, sua classificação semântica de “dúvida”. Essa única atividade sobre os adverbiais modalizadores na coleção trabalha os efeitos de sentido envolvidos em sua produção a partir de uma estratégia bastante válida de tentar relacionar uma oração modalizadora a um adverbial modalizador. Contudo, ao longo do resto da coleção, os adverbiais modalizadores só são citados em listas classificatórias, ligados a classificações como “dúvida”.

De forma semelhante, a coleção C apresenta também uma abordagem muito escassa e assistemática a respeito do tema. Em um dos capítulos, são apresentados advérbiais como “felizmente” e “inegavelmente”, indicando que eles expressam comentários e julgamentos sobre o que está sendo enunciado. Esse aspecto é relevante, pois está ligado ao caráter eminentemente subjetivo dos advérbiais modalizadores, o que deve ser ressaltado no ensino. Ao longo do capítulo, porém, não há atividades acerca desses elementos, havendo, inclusive, apenas um exercício classificatório como único aspecto prático em relação a todas as classes de palavras.

Por outro lado, a coleção D apresenta reflexões um pouco mais claras sobre a ligação entre os advérbiais modalizadores e seus efeitos de sentido. No capítulo sobre adjuntos, são destacados alguns advérbiais e é citado que eles podem expressar apreciações subjetivas a partir do modalizador “infelizmente”, por exemplo. Logo após, a coleção apresenta um texto e são destacados adjuntos que apresentam valor subjetivo, indicando que podem expressar um posicionamento enunciativo. Nesse caso, percebemos uma abordagem mais completa e sistemática, tendo em vista que, além de focalizar uma característica desse elemento, também é apresentado um texto real do qual podem ser tiradas conclusões mais claras.

Em outro trecho da coleção, é trabalhada a locução adverbial “com certeza” como marca de subjetividade, indicando posicionamento do enunciador. No mesmo capítulo, são apresentados advérbiais modalizadores ligados a efeitos de afirmação e dúvida, o que ganha aprofundamento a partir do texto “O homem que não sorri”, sendo destacados os modalizadores “certamente” e “provavelmente”. Em um *box* ao lado, é pedido que o aluno observe esses itens advérbiais e discuta de que forma eles apresentam a opinião do produtor textual, o que também é feito a partir da apresentação de uma entrevista com Maurício de Sousa com o modalizador “curiosamente”.

Outro aspecto importante é que, na coleção D, os advérbiais modalizadores são tratados a partir de efeitos além da subjetividade, reconhecendo sua função de delimitar pontos de vista a partir da perspectiva de um falante ou de um ponto de vista ou a partir de um campo de conhecimento, sendo citados itens como “historicamente”, “particularmente”, “lamentavelmente” e “curiosamente”. Esse aspecto é ainda mais relevante, pois Koch (2003) aponta para esses efeitos, revisitados em Castanheira (2017): delimitador, afetivo, deôntico, epistêmico, axiológico.

Dessa forma, podemos dizer que a abordagem acerca da relação entre os efeitos de sentido e os advérbiais modalizadores é contemplada em apenas uma coleção, o que nos leva a refutar a nossa hipótese inicial. Além disso, destacamos, mais uma vez, que o Manual do Professor não auxilia no tratamento do tema, mesmo com referências bibliográficas ligadas a essa temática. Ao compararmos ambas as hipóteses, percebemos que os efeitos de sentido são mais contemplados do que a argumentação no tratamento dos advérbiais modalizadores, mas, em ambos os casos, ainda há um longo percurso a ser percorrido no que cerne às melhorias dos materiais didáticos na abordagem dessa temática.

3.3. SISTEMATIZANDO A ANÁLISE

Diante da análise apresentada, podemos observar que, de forma geral, os livros didáticos analisados ainda não focalizam os advérbios modalizadores de forma satisfatória. O espaço dedicado à temática é bastante reduzido e, quando existe, ainda envolve, no geral, exemplos inventados e descontextualizados. Dessa forma, é difícil seguir o que propõem as diretrizes para o ensino e destacar seu papel argumentativo no texto. Além disso, a maior parte das coleções ainda apresenta uma abordagem assistemática, com pequenas incursões sobre a temática, ainda bastante espaçadas.

O Quadro 1 apresenta a sistematização da abordagem efetuada pelos manuais didáticos utilizados na análise:

Quadro 1: abordagem dos livros didáticos em relação aos advérbios modalizadores

ABORDAGEM DOS LIVROS DIDÁTICOS	
ARGUMENTAÇÃO	EFEITOS DE SENTIDO
Modalizador “talvez” como articulador textual argumentativo	Advérbios modalizadores como elementos intersubjetivos
	Multifuncionalidade do modalizador “quase”
Advérbios modalizadores como elementos que marcam subjetividade e são relevantes para construção do gênero artigo de opinião	Advérbios modalizadores com diferentes efeitos de sentido
	Possibilidade de variação entre advérbios e orações modalizadoras
Exemplos descontextualizados	
Ausência de articulação entre leitura, análise linguística e produção textual	
Assistematicidade no tratamento dos advérbios modalizadores	

Fonte: Elabora para a pesquisa.

Acreditamos que, para solucionar parte dos problemas apresentados, é preciso partir do uso desses elementos em situações reais de comunicação, considerando seus papéis funcionais e sua pluralidade. Por isso, partimos do trabalho de Castanheira (2017) para apresentar amplamente como esses elementos são utilizados no gênero artigo de opinião a fim de confrontar sua abordagem e seu uso.

4 USO DE ADVERBIAIS MODALIZADORES E SUGESTÕES PARA O ENSINO

4.1 ADVERBIAIS MODALIZADORES EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Castanheira (2017) analisou o uso de advérbios modalizadores em artigos de opinião publicados em 2016 nos jornais *O Globo Online* e *O Dia Online* a partir de aspectos

ligados ao polo da forma e da função. Seu trabalho indicou que esses elementos apresentam distintas ordenações na oração e diferentes valores semânticos e efeitos de sentido ligados a um *continuum* de subjetividade. Para o autor, esses efeitos podem ser relacionados ao posicionamento do enunciador em relação à proposição, indicando valores de afetividade, julgamento, delimitação, (in)certeza e imperatividade, situados em diferentes pontos de um mesmo *continuum*.

Segundo o autor, esses resultados indicam que os adverbiais modalizadores apresentam efeitos fluidos e dependentes dos seus contextos de uso. As categorias não podem ser tidas como estanques, pois envolvem vários fatores como gênero e suporte textuais e domínio discursivo. Em sua análise, por exemplo, Castanheira (2017) encontrou mais adverbiais modalizadores no meio do *continuum* de subjetividade, mesmo tendo utilizado textos que têm como propósito apresentar um posicionamento do enunciador. Outras categorias textuais, como suporte no qual o texto foi veiculado, podem ter motivado tais resultados.

Diante disso, elaboramos o Quadro 2, com a síntese do uso desses elementos em artigos de opinião segundo Castanheira (2017):

Quadro 2: uso de adverbiais modalizadores em artigos opinativos

USO DE ADVERBIAIS MODALIZADORES
Diferentes efeitos de sentido (afetividade, delimitação, grau de certeza, grau de imperatividade)
<i>Continuum</i> de subjetividade
Distintos valores semânticos
Relevância de categorias textuais (veículo, gênero e suporte textuais)

Fonte: Elabora para a pesquisa.

No quadro apresentado, trazemos aspectos relevantes no uso desses elementos sob um enfoque textual e funcionalista. Destacamos, ainda, a necessidade trabalhar com exemplos reais de uso a partir de textos que possam ser utilizados em sala de aula com os alunos de Ensino Médio – foco do presente artigo. Para tanto, é preciso elaborar sugestões para a abordagem em sala do tema, preenchendo as lacunas dos livros didáticos e contemplando a análise de seu uso.

4.2 DIANTE DO EXPOSTO, O QUE FAZER?

Em busca desse objetivo, nossa primeira sugestão é escolher um gênero textual a ser trabalhado. Aqui, destacaremos o gênero artigo de opinião, tendo em vista que ele tende a apresentar caráter predominantemente argumentativo e, portanto, é relevante no tratamento dos modalizadores. Além disso, foi o gênero utilizado por Castanheira (2017), trabalho em que nos baseamos para destacar como esses elementos eram utilizados em situações efetivas de comunicação.

Boff, Köche e Marinello (2009) defendem que os artigos de opinião discutem, analisam, avaliam e respondem questões controversas e atuais que são de interesse social. Esses textos são produzidos por articulistas que costumam ser autoridades no assunto do qual estão tratando. Eles marcam seu posicionamento a partir da análise crítica do tema discutido e costumam ser veiculados em seções opinativas de jornais e revistas. A argumentação construída envolve os possíveis posicionamentos dos leitores e, por isso, trazem, constantemente, antecipações a possíveis críticas à tese defendida. Sua estrutura envolve uma situação-problema, seguida de discussão e solução-avaliação.

De acordo com Bräkling (2000), algumas características desse gênero são: uso de outras “vozes” a partir de “argumentos de autoridade”; apoio em fatos que corroboram a validade do que é dito presença de pistas textuais como: presente do indicativo ou subjuntivo na exposição dos argumentos, uso da terceira pessoa ao longo do texto e presença de articuladores argumentativos (adverbiais modalizadores, por exemplo).

Após a escolha do gênero, é preciso selecionar qual suporte será utilizado. Neste artigo, escolhemos o suporte jornal *online*, mas outros poderiam ser selecionados, como revistas e *blogs*. Logo após, é preciso selecionar qual(is) veículo(s) serão usados. Optamos pelo jornal *O Globo Online*, mas outras opções mantendo o gênero e o suporte seriam: *Folha de São Paulo*, *O Dia Online*, *O Estado de São Paulo*, etc.

Diante dessas escolhas, é preciso selecionar textos que tenham alguns adverbiais modalizadores. Provavelmente, será difícil encontrar textos com muitos modalizadores, mas, diante do trabalho mais sistemático, é possível chegar a resultados consistentes. Aqui, utilizaremos um artigo de opinião como exemplo. Ressaltamos, porém, que outros textos desse gênero devem ser trabalhados com os alunos, mas, devido ao espaço, exemplificaremos o processo que discutimos a partir de um texto. As atividades propostas articulam leitura, produção e análise linguística.

O artigo escolhido foi “Caminhos para a privatização”, publicado no Jornal *O Globo Online* em 17 de agosto de 2016:

Caminhos para a privatização

É preciso garantir aos operadores de saneamento, públicos ou privados, regras simples e seguras para atualização tarifária e para a recuperação dos investimentos.

A manchete do GLOBO de domingo afirma que a “União quer privatizar tratamento de esgoto” e que para isso o “BNDES vai discutir modelos para o setor com os estados”. A intenção governamental é boa porque estamos muito atrasados nesse setor, mesmo quando comparados a países com renda *per capita* semelhante à nossa. Um bom exemplo do potencial dessa política é a Sabesp, que tem empreendido Parcerias-Público-Privadas com ganhos de produtividade. Além disso, capitais privados são particularmente bem-vindos em tempos de escassez de recursos fiscais. Contudo, para que essa iniciativa prospere, será necessário resolver os três problemas enunciados a seguir.

É preciso garantir aos operadores de saneamento — públicos ou privados — regras simples e seguras para atualização tarifária e para a recuperação dos investimentos na hipótese de rompimento dos respectivos contratos. Nesse sentido, é importante

manter registro dos valores prudentemente investidos nas obras, que devem ser continuamente ajustados para considerar a incorporação de novas instalações e a depreciação das existentes. Como se trata do montante a ser indenizado ao operador de saneamento na hipótese de interrupção ou fim da prestação do serviço, não surpreende que o ambiente para investimentos no saneamento dependa diretamente da capacidade técnica, independência decisória e autonomia administrativa da correspondente agência, que tem a responsabilidade de cuidar da contabilidade regulatória. Lamentavelmente, a maioria das agências hoje existentes, em particular as municipais, não se enquadra nesse figurino e, por uma questão de escala, jamais se enquadrará.

É preciso compatibilizar a legislação ambiental, que exige soluções imediatas, com a do saneamento, que admite soluções gradativas. Por exemplo, o afastamento do esgoto de onde as pessoas vivem, mesmo quando não seja possível o correspondente tratamento. A atual diferença de enfoque resulta em riscos para as empresas prestadoras de serviço e para seus funcionários, que chegam a ser acusados de crimes ambientais quando solucionam provisoriamente algum problema que não admite imediata implementação de solução definitiva.

Como se sabe, a legislação ambiental foi concebida para impedir que pessoas físicas ou jurídicas, motivadas por interesses particulares, causem externalidades ambientais prejudiciais ao interesse coletivo. Trata-se de tipologia que não se adéqua a uma empresa de saneamento, que atua para mitigar a poluição causada pela sociedade, e não por ela própria. Confundir “a solução” com “o problema” afugenta do setor profissionais e empresas competentes, que poderiam dar significativas contribuições ao progresso do saneamento.

É preciso garantir o correto funcionamento das estruturas já existentes e das que ainda serão construídas, em vez de construir novas obras, frequentemente efêmeras. Idealmente, o serviço de saneamento deveria operar como se fosse uma indústria de produção de lodo. Primeiro, a carga poluidora intrínseca à condição humana é diluída numa grande quantidade de água para possibilitar o transporte por tubulações subterrâneas. Depois, o esgoto que chega à estação de tratamento passa por uma combinação de processos físicos, químicos e biológicos para inverter o processo. Isto é, para voltar a concentrar a carga poluidora num volume relativamente pequeno, chamado de “lodo”. Portanto, quanto mais lodo se produz para deposição final em aterro sanitário ou para uso como insumo energético, menor é a carga poluidora lançada nos corpos hídricos. Como qualquer indústria, seria de se esperar que houvesse grande controle sobre o lodo, que é o resultado final da produção. Mas não é isso o que se observa. Ao contrário, em geral há muita pompa na inauguração das obras de saneamento e insuficiente avaliação dos resultados ao longo das correspondentes vidas úteis. O que explica o grande número de estruturas disfuncionais espalhadas pelo país. Isso tem que mudar.

Fonte: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/caminhos-para-privatizacao-19936660>>. Último acesso em 03 de junho de 2018.

A partir do título desse artigo opinativo, o professor pode efetuar algumas atividades pré-textuais de leitura, levantando hipóteses acerca do que será discutido no texto. O professor pode pedir que os alunos digam qual a possível temática do texto e discutam a possível tese que será defendida. Como segunda atividade, pode ser questionada qual a linha editorial ideologicamente vinculada ao veículo em que o artigo foi publicado, jornal *O Globo Online*, a respeito da temática da privatização.

Continuando a análise, após a leitura do artigo, podem ser trabalhadas atividades de identificação e caracterização das partes constitutivas do texto: a questão debatida no artigo (a privatização dos tratamentos de esgoto) e a situação-problema, evidenciando o objetivo da argumentação construída; a discussão efetuada ao longo do artigo, ressaltando quais estratégias argumentativas foram utilizadas; a solução-avaliação apresentada. O professor pode pedir que os alunos identifiquem as partes do artigo e, posteriormente, apresentem as características de cada uma.

Além dessas atividades, é preciso focalizar a construção argumentativa do texto a partir de sua estrutura (tese, argumentos) e dos elementos linguísticos utilizados (orações e adverbiais modalizadores, por exemplo). É importante solicitar que os alunos identifiquem os argumentos usados para construção da tese central defendida no artigo. Posteriormente, pode-se pedir que comentem a relevância da contextualização efetuada no início do artigo de opinião para construção argumentativa do texto. Logo após, o professor pode utilizar como estratégia de ligação entre as características constitutivas do gênero e o trabalho com os usos linguístico o pedido de destaque de alguns elementos linguísticos que marquem o posicionamento do enunciador. É preciso comentar, posteriormente, a relevância de itens mais subjetivos para construção de um texto pertencente ao gênero artigo de opinião, tendo em vista que essa é uma característica desse gênero textual.

Para trabalhar os adverbiais modalizadores em sala, o professor também deve focalizar seus aspectos mais salientes a partir da união entre leitura e análise linguística. Para isso, devem ser considerados os efeitos de sentido desses elementos no texto. Ou seja, seus papéis na construção discursiva. Acerca do artigo “Caminhos da privatização”, podem ser destacados elementos como “idealmente” e “em geral” a partir dos trechos: “Idealmente, o serviço de saneamento deveria operar como se fosse uma indústria de produção de lodo” e “Ao contrário, em geral há muita pompa na inauguração das obras de saneamento e insuficiente avaliação dos resultados ao longo das correspondentes vidas úteis”.

O professor pode pedir que os alunos identifiquem as semelhanças/ diferenças nos efeitos de sentido envolvidos no uso das expressões “idealmente” e “em geral”, tendo em vista que esses elementos apresentam papéis bastante distintos na construção do artigo. Também é importante pedir que os alunos relacionem os efeitos de sentido envolvidos no uso desses modalizadores com as demais pistas apresentadas ao longo do texto, sobretudo os elementos que indicam ação.

Ainda em relação ao trabalho com os adverbiais, o professor pode solicitar que os alunos expliquem o porquê de a expressão “em geral” ser utilizada no texto diante de uma informação aparentemente categórica. Esse modalizador pode ter sido utilizado como

uma estratégia para evitar comprometimento em relação ao que está sendo dito. É de grande relevância, ainda, pedir que os alunos comparem o grau de posicionamento enunciativo nos dois casos para que eles percebam o *continuum* de subjetividade desses elementos.

Além disso, para aprofundar o trabalho com essa locução, seria interessante pedir que os alunos identifiquem a (in)validade na troca da expressão “em geral” por “obrigatoriamente” e sua relevância na construção desse texto. Esses modalizadores apresentam efeitos de sentido e graus de subjetividade muito diferentes. Enquanto “obrigatoriamente” marca de forma mais categórica o evento enunciativo, “em geral” apresenta um valor de facultatividade. O adverbial “em geral” também parece marcar menos o posicionamento do enunciador do que o elemento “obrigatoriamente”. A partir dessas atividades, será possível demonstrar aos alunos que as escolhas linguísticas não são arbitrárias e, diante da troca de um elemento, os efeitos de sentido envolvidos na sua produção passam a ser outros.

O professor também pode pedir que os alunos comentem a relevância do termo “lamentavelmente”, do trecho “Lamentavelmente, a maioria das agências hoje existentes, em particular as municipais, não se enquadra nesse figurino e, por uma questão de escala, jamais se enquadrará”, para construção argumentativa da tese desenvolvida no texto, ligando o uso dos adverbiais modalizadores com a construção da argumentação. É preciso, também, que seja destacado o posicionamento mais claro do enunciador nesse trecho, ancorado pelo uso do modalizador “lamentavelmente”. O professor pode pedir que os alunos destaquem elementos linguísticos que demonstrem a opinião do articulista em relação ao que é dito. É importante, ainda, pedir que comentem a relevância desse recurso na construção desse gênero textual. Por ser um artigo opinativo, as marcas de subjetividade são parte esperada e relevante da construção textual.

Além disso, é importante que, em relação aos efeitos de sentido, seja destacado o caráter afetivo/atitudinal desse elemento. Para isso, o professor pode pedir que os alunos discutam o grau de posicionamento do enunciador em relação ao evento comunicativo. Devem ser utilizados, ainda, outros adverbiais modalizadores para que sejam comparados em relação ao seu maior/menor caráter opinativo. Pode ser pedido que os alunos comparem o quanto o articulista se posiciona em cada trecho destacado. Também é importante que o professor peça que contabilizem os adverbiais modalizadores com maior e menor grau de subjetividade. Essas atividades são importantes, pois trabalham o *continuum* de subjetividade dos modalizadores, demonstrando que uma mesma categoria morfossintática pode apresentar diferentes nuances discursivas.

Também deve ser destacada a relevância de outras categorias textuais no uso desses elementos linguísticos além do gênero. Um ponto importante é o jornal em que o artigo foi veiculado. O professor deve pedir que os alunos discutam a influência do veículo no conteúdo temático e no estilo, ou seja, no tema discutido e nas escolhas linguísticas utilizadas. Castanheira (2017) demonstrou que artigos opinativos do jornal *O Globo Online* apresentam menor posicionamento enunciativo. Esse aspecto é de grande relevância, pois esse gênero tem como característica apresentar grande posicionamento enunciativo, mas a linha editorial do jornal parece tender a uma tentativa de neutralidade. Isso parece se

confirmar, pois Bastos (2018), em análise das estratégias de referência em notícias, também percebeu que esse veículo tende a simular sua ausência opinativa, tendendo a estratégias menos subjetivas.

Logo após a execução dessas e de outras atividades elaboradas pelo professor, deve ser focalizada a prática de produção textual como atividade pós-textual. É preciso que o docente peça que os alunos produzam um texto constitutivo desse gênero. Ou seja, eles devem produzir um artigo de opinião a partir de suas características típicas: predominância da argumentação, abordagem de tema atual e polêmico, presença de tese e argumentos que a fundamentem, marcas linguísticas atuantes na construção argumentativa e subjetiva dos textos. É importante que os textos sejam produzidos pensando, também, em sua circulação. Ou seja, os alunos devem ser informados se o texto será divulgado no blog da turma, no jornal da escola, numa página institucional no *facebook* ou em outro suporte textual que seja acessível aos alunos e aos familiares e que seja possível divulgar todos os textos ou, ao menos, alguns deles.

No entanto, ressaltamos que essa produção só será bem-sucedida se forem trabalhados sistematicamente alguns artigos de opinião com os alunos. Eles precisam ser leitores proficientes desse gênero para que produzam textos adequados às suas características típicas. É necessário que eles percebam quais aspectos temáticos, gramaticais e discursivos estão envolvidos em sua produção. Para que isso seja feito, é preciso integrar atividades de leitura e de análise linguística, ressaltando os recursos envolvidos na construção desses textos. Devem ser destacados, assim, os elementos prototípicos dos artigos de opinião e sua relevância discursiva. Além disso, é preciso sistematizar com os alunos no quadro esses aspectos para que, posteriormente, seja possível produzir um bom artigo opinativo.

A partir do que apresentamos, acreditamos ser possível relacionar a interface Funcionalismo, LT e ensino e o tema dos adverbiais modalizadores, conforme indicamos no Quadro 3, com a sistematização das etapas de elaboração e das sugestões propostas neste trabalho:

Quadro 3: etapas de elaboração de atividades sobre adverbiais modalizadores

Etapa 1	Escolher um gênero textual a ser trabalhado → artigo de opinião, editorial
Etapa 2	Escolher um suporte a ser utilizado → jornal, revista, <i>blog</i>
Etapa 3	Escolher um ou mais veículos a serem usados → <i>O Globo</i> , <i>O Dia</i> , <i>Folha de São Paulo</i> , <i>Veja</i> , <i>Carta Capital</i>
Etapa 4	Escolher textos representativos do gênero selecionado que tenham adverbiais modalizadores
Etapa 5	Elaborar atividades pré-textuais de leitura → levantamento de hipóteses sobre o texto e a tese defendida a partir da leitura do título e da explicação do veículo de publicação.
Etapa 6	Elaborar atividades textuais de leitura e análise linguística → destaque (i) das partes constitutivas do artigo; (ii) da relevância das estratégias argumentativas para construção da tese defendida pelo texto; (iii) da relação entre os adverbiais modalizadores e a construção argumentativa do texto; (iv) da relação entre os modalizadores e a construção subjetiva do texto.

Etapa 7	Elaborar atividades pós-textuais de produção textual → pedido de produção a partir de estratégias conscientes na construção do texto diante de trabalho sistemático com alguns artigos de opinião seguindo a abordagem aqui defendida e apresentada.
---------	--

Fonte: Elabora para a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do debate estabelecido neste artigo, defendemos o ensino reflexivo de adverbiais modalizadores numa interface entre Funcionalismo, Linguística de Texto e ensino. Sob essa perspectiva, analisamos 4 coleções de livros didáticos de Ensino Médio (totalizando 12 livros) aprovados pelo PNLD/EM em 2015. Na análise, percebemos que esses manuais ainda apresentam uma abordagem muito escassa em relação à temática examinada. Além disso, não acompanham postulados dos estudos linguísticos sobre a temática (KOCH, 2003; OLIVEIRA, CEZARIO, 2012; KOCH, ELIAS 2016) que apresentam esses elementos como articuladores textuais argumentativos e ligados a diferentes papéis pragmáticos.

A partir dos problemas percebidos e dos aspectos importantes no uso dos adverbiais modalizadores (CASTANHEIRA, 2017), elaboramos algumas sugestões de tratamento da temática no ensino básico. Utilizamos um artigo de opinião como exemplo, destacando a construção argumentativa do texto “Caminhos para a privatização”, publicado em 2016, e seus efeitos de sentido. Acreditamos que, a partir desse exemplo, pode ser feito o mesmo caminho com a análise dos adverbiais modalizadores em outros artigos opinativos, para que, assim, o gênero textual seja, de fato, trabalhado e os alunos possam produzir seus próprios textos, respeitando suas características e pensando em sua real circulação.

REFERÊNCIAS

- ABREU-TARDELLI, L. S. *et al. Vozes do mundo: literatura, língua e produção de textos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [Obra em três volumes]
- ABURRE, M. L.; ABURRE, M. B.; PONTARA, M. *Português: contexto, interlocução e sentido*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013. [Obra em três volumes]
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979]. p. 261-306.
- BASTOS, M. C. V. *Anáforas encapsuladoras e argumentatividade em notícias*. 142 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa)). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BOFF, O. M. B.; KÖCHE, V. S.; MARINELLO, A. F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. *ReVEL*, vol. 7, n. 13, p. 1-12, 2009.
- BRÄKLING, K. L. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, R. (org.). *A prática da linguagem em sala de*

aula: praticando os PCN. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000. p. 221-247.

CAMPOS, C.; TORQUATO, C. P. Articulação. In: COSTA, I. B.; FOLTRAN, M. J. (orgs.). *A tessitura da escrita*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 124-144.

CASTANHEIRA, D. *Uso de adverbiais modalizadores e sua abordagem em livros didáticos de ensino médio: reflexões e propostas de atividades*. 119 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R (org.) *Gramática do português falado vol. II: níveis de análise linguística*. São Paulo: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1992. p. 199-248.

FARACO, C. A. *Português: língua e cultura*. 3. ed. Curitiba: Base editorial, 2013. [Obra em três volumes]

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1990.

KEBRAT-ORECHONI, C. *La enunciación: de la subjetividad en el lenguaje*. Buenos Aires: Edicial S.A., 1997 [1980].

KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTELOTTA, M. E. Advérbios: conceitos e tendências de ordenação. In: OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. (orgs.). *Adverbiais: aspectos gramaticais e pressões discursivas*. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 13-96.

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (orgs.) *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 199-226.

MORAES PINTO, D. C. *Gramaticalização e ordenação nos advérbios qualitativos e modalizadores em -mente*. 2008. 199 f. Tese (Doutorado em Linguística). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MORAES PINTO, D.; ALONSO, K. S. Advérbios e o ensino de classes de palavras. In: PALOMANES, R.; BRAVIN, A. (org.). *Práticas de ensino do português*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 165-190.

NEVES, M. H. Os advérbios. In: NEVES, M. H. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. *Adverbiais: aspectos gramaticais e pressões discursivas*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

PINILLA, M. A. Classes de palavras. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 169-183.

SANTOS, L. W. (org.) *Atividades com textos para ensino fundamental e médio*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

SANTOS, L. W. dos; TEIXEIRA, C. de S. Linguística Textual e ensino: panorama e perspectivas. In: CAPISTRANO Jr., R.; LINS, Ma da P.; ELIAS, V. (orgs.). *Linguística Textual: diálogos interdisciplinares*. São Paulo: Labrador, 2017. p. 425-446.

SANTOS, L. W.; CASTANHEIRA, D. Leitura e modalização no ensino. *PERcursos Linguísticos*. Vitória (ES), v. 7, n. 17, p. 218-235, 2017. Dossiê – O texto em sala de aula: práticas e sentidos.

SANTOS, L. W.; CUBA RICHE, R. M.; TEIXEIRA, C. S. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2012.

SETTE, G.; TRAVALHA, M.; STARLING, R. *Português: linguagens em conexão*. São

TESCARI NETO, A.; PEZATTI, E. G. A ordenação dos adverbiais modalizadores epistêmicos no português europeu falado: uma abordagem funcional. *Revista Letras*, Curitiba, n. 65, p. 191-208, jan./abr. 2005.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Recebido em: 11/08/2018

Aprovado em: 07/11/2018

Publicado em: 31/12/2018